

Guarulhos, 04 de julho de 2016

À: Druz Administradora e Incorporadora Ltda.

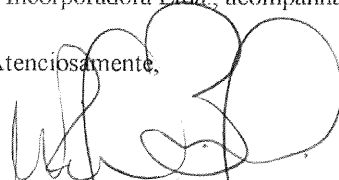
At.: Srs. Sócios e Diretores

Ref.: Relatório sobre as demonstrações contábeis

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^{as}. as Informações Contábeis Intermediárias individuais e *pro forma* para o trimestre findo em 31 de março de 2016 da Druz Administradora e Incorporadora Ltda., acompanhadas do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,



Wilson Carlos Bronze Cotrim
Contador CRC-1SP 096.274/0-9
Sócio

COTRIM & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/C

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 252- CEP 05415-020 - Fone: (011)3062-9185 – São Paulo - SP

E-Mail : cotrimauditores@terra.com.br

Druz Administradora e Incorporadora Ltda.

Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as informações contábeis intermediárias *pro forma*
Em 31 de março de 2016

Índice

Página

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias individuais	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais <i>pro forma</i> referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015	11

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Aos:
Sócios e Diretores da
Druz Administradora e Incorporadora Ltda.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis individuais e consolidadas da Druz Administradora e Incorporadora Ltda. (Companhia), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial pro forma em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como data base o dia 31 de março de 2016 e nelas foram considerados os efeitos do instrumento correspondente à 2ª. alteração de contrato social da sociedade, datado de 01 de julho de 2016.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária” e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



COTRIM & ASSOCIADOS

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

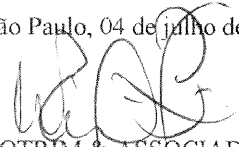
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

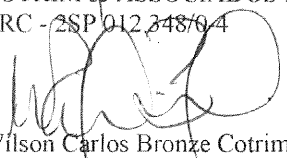
Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de julho de 2016.



COTRIM & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP 012.348/0-4



Wilson Carlos Bronze Cotrim
Contador CRC-1SP 096.274/0-9

Druz Administradora e Incorporadora Ltda

CNPJ 17.522.488/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 MARÇO DE 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Ativo circulante				
Caixa e Bancos	3	20,40	10,00	10,00
Aplicações financeiras	3	1.839,61	770,53	770,53
Tributos a recuperar	4	-	11,07	11,07
Total do ativo circulante		1.860,01	791,60	791,60
Ativo não circulante				
Partes Relacionadas	5	5.315,20	5.315,20	143.885.315,20
Total do ativo não circulante		5.315,20	5.315,20	143.885.315,20
Investimentos	6	-	-	219.327.145,56
Total do ativo permanente		-	-	219.327.145,56
TOTAL DO ATIVO		7.175,21	6.106,80	363.213.252,36

Druz Administradora e Incorporadora Ltda

CNPJ 17.522.488/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 MARÇO DE 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Passivo circulante				
Impostos, Taxas e Contribuições	7	22,49	28,24	28,24
Total do passivo circulante		22,49	28,24	28,24
Patrimônio líquido				
Capital Social	8	10.000,00	10.000,00	187.890.000,00
Prejuízos Acumulados		(1.927,23)	(2.847,28)	(2.847,28)
Resultado do exercício		(920,05)	(1.074,16)	175.326.071,40
Total do patrimônio líquido		7.152,72	6.078,56	363.213.224,12
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.175,21	6.106,80	363.213.252,36

Druz Administradora e Incorporadora Ltda

CNPJ 17.522.488/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

Em Reais - R\$

	Notas	31/03/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
(Despesas) / Receitas operacionais				
Despesas Legais		(448,00)	(527,70)	(527,70)
Impostos, Taxas e Emolumentos		-	(369,00)	(369,00)
Contribuição Patronal		(179,32)	(192,86)	(192,86)
Resultado da equivalência patrimonial	6		-	175.327.145,56
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(627,32)</u>	<u>(1.089,56)</u>	<u>175.326.056,00</u>
Resultado financeiro	9	6,30	21,15	21,15
Lucro (prejuízo) operacional antes do IRPJ e CSLL		<u>(621,02)</u>	<u>(1.068,41)</u>	<u>175.326.077,15</u>
Imposto de renda e contribuição social	10	(2,43)	(5,75)	(5,75)
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(623,45)</u>	<u>(1.074,16)</u>	<u>175.326.071,40</u>

Druz Administradora e Incorporadora Ltda.

CNPJ 17.522.488/0001-10

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	Capital subscrito	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		10.000,00	(1.927,23)	8.072,77
Prejuízo do período		-	(623,45)	(623,45)
Saldos em 31 de março de 2015		<u>10.000,00</u>	<u>(2.550,68)</u>	<u>7.449,32</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10.000,00	(2.847,28)	7.152,72
Lucro líquido do período		-	(1.074,16)	(1.074,16)
Saldos em 31 de março de 2016		<u>10.000,00</u>	<u>(3.921,44)</u>	<u>6.078,56</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10.000,00	(2.847,28)	7.152,72
Aumento de capital social	8	187.880.000,00		187.880.000,00
Lucro líquido do período		-	175.326.071,40	175.326.071,40
Saldos em 31 de março de 2016 (pro forma)		<u>187.890.000,00</u>	<u>175.323.224,12</u>	<u>363.213.224,12</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

COTRIM & ASSOCIADOS

Druz Administradora e Incorporadora Ltda.

CNPJ 17.522.488/0001-10

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Valores expressos em Reais - R\$)

	31/03/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (Prejuízo) do período	(623,45)	(1.074,16)	175.326.071,40
Ajustes para reconciliar o lucro líquido/ (prejuízo) do período com o caixa líquido (aplicado nas)/ provenientes das atividades operacionais			
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(175.327.145,56)
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais			
Tributos a recuperar	(10,72)	(11,07)	(11,07)
Partes relacionadas	100,00	-	(143.880.000,00)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais			
Impostos, taxas e contribuições	2,43	5,75	5,75
Caixa líquido (aplicado nas)/ provenientes das atividades operacionais	(531,74)	(1.079,48)	(143.881.079,48)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de participação societária	-	-	(44.000.000,00)
Aplicação financeira e aplicação	531,74	1.069,08	1.069,08
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	531,74	1.069,08	(43.998.930,92)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	-	-	187.880.000,00
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	-	-	187.880.000,00
Aumento/ (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(10,40)	(10,40)
Caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício	10,00	10,00	10,00
No início do exercício	10,00	20,40	20,40
Aumento/ (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(10,40)	(10,40)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
	-	(0,00)	(0,00)

COTRIM & ASSOCIADOS

Druz Administradora e Incorporadora Ltda.
CNPJ 17.522.488/0001-10
Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Valores expressos em Reais - R\$)

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>Pró forma 31/03/2016</u>
Serviços e materiais de terceiros			
Serviços de terceiros, materiais e outros	(627,32)	(1.089,56)	(1.089,56)
Valor (consumido)/ adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(627,32)</u>	<u>(1.089,56)</u>	<u>(1.089,56)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	175.327.145,56
Receitas financeiras	10,10	23,95	23,95
Valor adicionado (consumido) a distribuir	<u>(617,22)</u>	<u>(1.065,61)</u>	<u>175.326.079,95</u>
Distribuição do valor adicionado/ (consumido)			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2,43	5,75	5,75
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	3,80	2,80	2,80
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	(623,45)	(1.074,16)	175.326.071,40
	<u>(617,22)</u>	<u>(1.065,61)</u>	<u>175.326.079,95</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COTRIM & ASSOCIADOS

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Valores expressos em Reais ou quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Druz Administradora e Incorporadora Ltda. (Companhia) foi constituída em 20 de dezembro de 2012.

A controladora imediata e final da Companhia é a General Shopping Brasil S.A., estabelecida no Brasil.

A sede da Companhia está localizada em São Paulo – SP, na Avenida Angélica, nº 2.466, conjunto 224..

As Informações contábeis intermediárias individuais Druz Administradora e Incorporadora Ltda. (Companhia) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 04 de julho de 2016.

A Druz Administradora e Incorporadora Ltda. tem como atividade preponderante: **(a)** administração de bens próprios e de terceiros; **(b)** participação em negócios mobiliários; **(c)** participação em outras empresas; **(d)** incorporação imobiliária e atividades correlatas ou semelhantes.

A coligada direta da Companhia é a **Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (Securis)**, tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Securis é detentora de 100% das cotas das empresas: Andal Administradora e Incorporadora Ltda., Ardan Administradora e Incorporadora Ltda., Bail Administradora e Incorporadora Ltda., Cristal Administradora e Incorporadora Ltda., ERS Administradora e Incorporadora Ltda., GAX Administradora e Incorporadora Ltda., SB Bonsucesso Administradora e Incorporadora S.A., XAR Administradora e Incorporadora Ltda., Bavi Administradora e Incorporadora Ltda., Druz Administradora e Incorporadora Ltda., Eler Administradora e Incorporadora Ltda., Indui Administradora e Incorporadora Ltda., Fundo de Investimento Imobiliário FII Top Center, Tequs Administradora e Incorporadora Ltda., Vanti Administradora e Incorporadora Ltda., Rumb Administradora e Incorporadora Ltda., Pentar Administradora e Incorporadora Ltda. A Securis também possui participação na Send Empreendimentos e Participações Ltda. (9,1%). É detentora de 0,1% do Shopping Bonsucesso.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem:

- as informações contábeis intermediárias individuais, elaboradas de acordo com o CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Account Standard Board (IASB)” e apresentadas de

COTRIM & ASSOCIADOS

forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Companhia são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou a moeda que influencia significativamente no preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$).

2.2. Investimentos em coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R1) Investimento em controladas e coligadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na coligada é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Controladora.

As informações contábeis intermediárias da coligada são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina em cada data de fechamento das informações contábeis intermediárias se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

COTRIM & ASSOCIADOS

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e contas a pagar.

Classificação

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados na categoria de “**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**”.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

2.5. Outros ativos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.6. Outros passivos (circulante e não circulante)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.7. Provisões

COTRIM & ASSOCIADOS

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos a obrigação.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro presumido, com alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta. Foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

2.9. Lucro / Prejuízo básico e diluído por cota

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

2.10. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias.

2.11. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A Companhia não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) em função de não ter ocorrido outros resultados abrangentes nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015.

2.12. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis intermediárias.

As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, na data de aprovação das informações contábeis intermediárias, dos eventos e das transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ ou correntes.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

2.13. Novas normas, alterações e interpretações

COTRIM & ASSOCIADOS

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência.

2.13.1 IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

2.13.2 IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

2.13.3 IFRS 16 – Arrendamentos

Esta norma substitui a norma anterior, IAS 17 Aluguéis, e respectivas interpretações e estabelece o princípio do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de aluguéis para ambas as partes do contrato, ou seja, dos clientes (locatários) e dos fornecedores (locadores). Os locatários são obrigados a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos de aluguéis e um "ativo de direito de uso" para praticamente todos os contratos de locação, com exceção de certas locações de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor. Para locadores, a contabilidade deverá permanecer quase a mesma, continuando a classificar seus aluguéis como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e demonstrando esses dois tipos de arrendamentos de forma diferente.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção.

2.13.4 Outras normas e modificações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11);

COTRIM & ASSOCIADOS

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- *Sale or contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transações entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento em Conjunto) (alteração do IFRS 10 e IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014;
- *Investment Entities: Applying the Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Aplicação de Consolidação Excepcional) (alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28); e
- *Disclosure Initiative* (Divulgação Inicial) (alteração do IAS 1);

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Caixa e equivalentes de Caixa			
Banco Itaú	20,40	10,00	10,00
Aplicação - Banco Itaú	1.839,61	770,53	770,53
Total - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.860,01	780,53	780,53

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

4. Tributos a recuperar

	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Tributos a Recuperar			
IRRF s/ Aplicações Financeiras	-	11,07	11,07
Total Tributos a Recuperar	-	11,07	11,07

5. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

Todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não

COTRIM & ASSOCIADOS

relacionada à Companhia, exceto com relação ao saldo de conta corrente sobre os quais não incidem encargos financeiros.

A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação a prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares.

Os saldos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, na controladora, são apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Partes Relacionadas - Ativo			
Securis Administradora e Incorporadora Ltda	6.000,00	6.000,00	6.000,00
GS Investments	-	-	143.880.000,00 (a)
Total - Partes Relacionadas Ativo	6.000,00	6.000,00	143.886.000,00
Partes Relacionadas - Passivo			
Securis Administradora e Incorporadora Ltda	684,80	684,80	684,80
GS Investments			
Total - Partes Relacionadas Passivo	684,80	684,80	684,80
Total - Partes Relacionadas	5.315,20	5.315,20	143.885.315,20

(a) Reflete crédito de Nota Promissória emitida por GS Investments Ltda, em 28 de junho de 2015, com vencimento em 180 dias. Nota promissória emitida em virtude de reorganização societária do Grupo Economico e que suporta aumento de capital da Druz, conforme 3a alteração do contrato social

COTRIM & ASSOCIADOS

6. Investimentos

	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Investimentos em coligadas			
Securis Administradora e Incorporadora Ltda	-	-	219.327.145,56 (a)
Total de investimentos permanentes	-	-	219.327.145,56

(a) Em 01 de Julho de 2016 a General Shopping Investments Limited, aumentou o capital social da DRUZ Administradora e Incorporadora Lt através da integralização de R\$44.000.000,00 em quotas da Securis Administradora Ltda.

Com isso a DRUZ Administradora e Incorporadora Ltda passou a ter 30,51% de participação no capital social da Securis

Abaixo demonstramos o cálculo do valor do investimento da DRUZ Administradora e Incorporadora Ltda na Securis.

Valor do Patrimônio Líquido da Securis em 31 de março de 2016	718.943.638,77
% participação no capital social	30,51%
Valor do Investimento pelo método de equivalência patrimonial	219.327.145,56
(-) Valor do capital investido	(44.000.000,00)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial	175.327.145,56

7. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Impostos, taxas e contribuições			
Provisão para IOF	0,33	0,33	0,33
Provisão para Imposto de Renda	13,05	16,64	16,64
Provisão para Contribuição Social	9,11	11,27	11,27
Total	22,49	28,24	28,24

8. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de março de 2016, é de R\$ 187.890.000,00 (R\$ 10.000,00 em 31 de dezembro de 2015), representado por 187.890.000 quotas com valor nominal de R\$1,00 (10.000 em 31 de dezembro de 2015), assim distribuídas:

	31/03/2016	31/12/2015
GS Investments	187.880.000	-
Securis Administradora e Incorporadora Ltda.	9.999	9.999
Outros Acionistas	1	1
Total de ações em circulação	187.890.000	10.000

Lucro/ (prejuízo) por cota diluído

31/03/2016 31/03/2015

COTRIM & ASSOCIADOS

Numerador básico
Resultado do exercício
Denominador
Média ponderada de cotas -- básica
Lucro (Prejuízo) básico por cota em (R\$)

9. Resultado financeiro

	31/03/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Receitas Financeiras			
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	7,70	23,95	23,95
Juros sobre outros ativos	2,40	-	-
	10,10	23,95	23,95
Despesas Financeiras			
Tarifas Bancárias	(3,80)	(2,80)	(2,80)
	(3,80)	(2,80)	(2,80)
Resultado financeiro	6,30	21,15	21,15

10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do exercício são compostos como segue:

	31/03/2015	31/03/2016	Pro forma 31/03/2016
Base para tributação pelo lucro presumido			
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	7,70	23,95	23,95
Juros sobre outros ativos	2,40	-	-
Base de cálculo	10,10	23,95	23,95
Alíquota vigente	24%	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social - resultado	2,43	5,75	5,75

* * *